



SGD 2015 09049 000725

PROCESSO Nº : 2015 09040 000011
UNIDADE GESTORA : 090400 – Controladoria Geral do Estado
EXERCÍCIO FINANCEIRO : 2014
ASSUNTO : Prestação de Contas Anual
TIPO DE AUDITORIA : Avaliação da Gestão

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 03/2015

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa nº 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE-TO, procedemos a análise da Prestação de Contas Anual da Controladoria Geral do Estado do Tocantins - CGE, nos termos do inciso XII, alínea “b”, do artigo 3º da Lei nº 2.735/2013 e do Decreto nº 2.595/2005.

2. O processo está composto de todas as peças relacionadas no art. 9º da Instrução Normativa TCE/TO nº 006/2003.

3. Os relatórios e demonstrativos contábeis de natureza orçamentária e financeira são resultantes dos fatos ocorridos e dos atos praticados pelos responsáveis indicados, no período de **1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014**, e evidenciam os resultados alcançados na gestão dos recursos orçamentários e financeiros alocados na Unidade Orçamentária.

3.1 O Balanço Orçamentário (art. 102 da Lei 4.320/64), às fls. 82, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, apresenta um **déficit orçamentário de R\$ 455.299,62**, equivalente ao percentual de 3,88% do comparativo entre a receita executada/arrecadada e a despesa executada, fruto da inscrição em restos a pagar. Salienta-se, por oportuno, que tal situação está devidamente justificada em item próprio das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis constante às fls.111 a 118.

3.1.1 O Demonstrativo de Créditos Adicionais Abertos, às fls. 95, está devidamente conciliado como o Anexo 11 orçamentário, fls. 80 e 81.

3.2 A realização da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um bom nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual médio de 99,99%, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas Correntes	11.410.518,00	11.409.857,34	99,99
Despesa de Capital	330.759,00	330.758,50	99,99
TOTAL	11.741.277,00	11.740.615,84	99,99

Anexo 2

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
000 – Recursos Ordinários	11.741.277,00	11.740.615,84	99,99
TOTAL	11.741.277,00	11.740.615,84	99,99

Anexo11 por fonte



3.3 A alteração positiva/quantitativa no orçamento desta CGE no importe de R\$ 76.110,00, em relação ao montante inicialmente consignado na LOA nº 2.816/2013, na ordem de R\$ 11.665.167,00, reflete um **aumento de 0,65%**, conforme demonstrativo do orçamento inicial em contraponto com o autorizado (vide Anexo 11), às fls. 78.

3.4 No Balanço Financeiro (art. 103 da Lei 4.320/64), não houve registro de receita orçamentária no exercício em análise. Contudo, somando-se a receita extra orçamentária no valor de R\$ 13.166.224,56 com as transferências financeiras recebidas no valor de R\$ 11.285.316,22 e ao saldo financeiro remanescente no valor de R\$ 33.694,39, foi suficiente para cobrir as despesas orçamentárias no valor de R\$ 11.740.615,84, extra orçamentárias no valor de R\$ 12.741.976,57, restando ainda um saldo de R\$ 2.642,76 para o exercício seguinte, conforme Anexo 13, às fls. 83.

3.5 O Balanço Patrimonial (art. 105 da Lei 4.320/64), responsável por evidenciar a situação estática dos bens, direitos e obrigações indicando o valor do patrimônio líquido num determinado período, às fls. 84, demonstra um saldo patrimonial negativo, apresentando uma situação de passivo real descoberto na ordem de **R\$ 659.370,18** (soma do ativo real < soma do passivo real).

3.5.1 O Passivo Financeiro é maior que o Ativo Financeiro em aproximadamente **466,18%**, culminando com um déficit financeiro de **R\$ 490.149,55** em virtude de inscrição de restos a pagar e do reconhecimento das obrigações no passivo financeiro que se justifica pela obediência ao princípio da unidade de caixa (Conta Única do Tesouro Estadual) e também porque a necessidade financeira só se dará no exercício seguinte, quando então será feito a transferência do recurso financeiro para esta finalidade. O Passivo Permanente é maior que o Ativo Permanente em aproximadamente **13,44%**, que equivale uma diferença financeira de **R\$ 169.220,58**, todavia, destaca-se que tal situação está devidamente justificada em item próprio das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis constante às fls. 111 a 118.

3.5.2 Apurando-se o coeficiente do resultado patrimonial obtido pelo total do ativo real / total do passivo real ($R\$ 1.364.682,52 / R\$ 2.024.022,70 = 0,67$), ou seja, o resultado mostra que para cada 1,00 R\$ do passivo real existe R\$ 0,67 do ativo real.

3.5.3 Os bens patrimoniais estão registrados pela contabilidade no valor de **R\$ 1.205.870,75**, sendo que **R\$ 1.280.430,30** são de bens móveis, não existindo registro de bens imóveis e **R\$ (74.559,55)** objeto da depreciação acumulada. Houve no exercício valores de incorporações de bens móveis no valor de **R\$ 330.758,50** por aquisição, **R\$ 600,00** independente de execução orçamentária, havendo divergência devido a não integração entre os sistemas SIAFEM e SISPAT, devidamente justificada às fls. 178 a 184. Houve baixa de bens sem receita por desincorporação/deterioração e transferência externa na ordem de **R\$ 2.640,00** e **R\$ 59.394,80**, respectivamente, estando devidamente conciliados os relatórios físico e contábil contendo as devidas justificativas para as divergências SIAFEM e SISPAT.



3.5.3.1 Não houve bens doados ou recebidos em doação no exercício em análise, consoante balancete de verificação e declaração carreada nos autos às fls. 177.

3.6 O Ativo Real Líquido neste exercício apresenta saldo zerado, tendo ocorrido uma redução de 100% em relação ao exercício anterior em virtude do aumento significativo do passivo permanente com a contabilização de despesas oriundas de obrigações a pagar da FOPAG, ou seja, o passivo real é maior que o ativo real. Consta justificativa para essa situação junto às Notas Explicativas, fls. 111 a 118.

3.7 A conta contábil "Almoxarifado/Estoques" apresenta saldo no valor de **R\$ 53.670,42**, que confere com a posição física e financeira do material em estoque no exercício em exame, conforme relatório às fls. 196 a 226 c/c o saldo registrado no balancete de verificação e do balanço patrimonial. Oportuno registrar que em 2014, houve a mudança/migração no sistema de almoxarifado existente anteriormente "ALMOX" para o atual "SIATO", contudo, como demonstrado nos autos, o fechamento dos respectivos saldos estão corretos e conciliados com o SIAFEM. Consta justificativa para esse fato junto às Notas Explicativas, fls. 111 a 118.

3.8 A conta "Disponível" registra saldo no valor total de **R\$ 2.642,76**, que confere com o balancete de verificação, extratos e está conciliada com a bancária, conforme discriminação abaixo:

a) banco movimento **R\$ 2.642,76**:

1 - **R\$ 830,77** na Conta Única do Tesouro Estadual;

2 - **R\$ 1.811,99** nas contas bancárias específicas (Conta "C");

3.9 A Demonstração das Variações Patrimoniais tem por objetivo evidenciar/mostrar todas as variações positivas e negativas ocorridas no patrimônio do órgão/entidade, independentes ou resultantes da execução orçamentária e indica o Resultado Patrimonial do Exercício (art. 104 da Lei 4.320/64). Para o período em análise **foi apurado o Resultado Patrimonial do Exercício - RPE no valor de R\$ (1.117.672,81)** "que enseja em um **déficit patrimonial**", obtido pela diferença entre o total das Variações Ativas e o total das Variações Passivas, conforme demonstrado na DVP às fls. 85, sendo devidamente justificado nas Notas Explicativas às fls. 111 a 118.

3.10 As contas do passivo circulante totalizam um saldo de **R\$ 2.024.042,50**, vide balancete de verificação, inerentes às inscrições em restos a pagar, consignações, outros credores e obrigações a pagar da folha de pagamento, todavia, não está devidamente conciliado com os valores constantes do Anexo 17 - Dívida Flutuante, às fls. 89, entretanto, consta justificativa junto às Notas Explicativas, às fls. 111 a 118.

3.11 O Demonstrativo do Ativo Realizável evidencia um saldo no valor de **R\$ 102.458,99**, referente a outros devedores, devidamente identificado pela contabilidade justificado nas Notas Explicativas às fls. 111 a 118.

 3



3.12 O saldo da conta “exigível a longo prazo” que registra **dívida fundada** referente ao parcelamento com o INSS, apresenta saldo zerado, em virtude da amortização total da dívida à cargo desta CGE (vide Anexo 16).

4. Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos, foram acompanhados e fiscalizados pela Coordenadoria Geral do Estado por meio da utilização das técnicas de Controle Interno e com base nos Planos de Ação elaborados a partir do Planejamento Estratégico e da Matriz de Risco construída considerando critérios de materialidade, relevância e criticidade/vulnerabilidade.

5. No exercício de 2014, não houve realização de Auditoria de Regularidade nesta Controladoria Geral pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.

6. O desempenho institucional das atividades, serviços públicos, programas e ações governamentais, a cargo da desta Controladoria Geral do Estado, está demonstrado através do Relatório de Gestão carreado às fls. 27 a 55, consoante disposições do art. 9º, inciso III da IN nº 006/03 TCE.

6.1 O Relatório de Gestão de que trata o normativo suso, aponta os níveis de resultados quanto ao alcance dos objetivos estabelecidos para esta Pasta, a eficiência e eficácia dos projetos e atividades, desenvolvidos com base nas iniciativas, nas metas e nos indicadores estabelecidos na Lei Estadual n.º 2.538/2011(PPA 2012-2015) e revisões, bem como por meio das ações orçamentárias contidas na Lei Estadual n.º 2.816/2013, Lei Orçamentária Anual - LOA.

6.1.1 O Relatório demonstra que as atribuições desta Pasta foram desenvolvidas com vistas a contribuir para o alcance dos objetivos definidos no Programa Temático Governo e Cidadão, e com suporte nas ações do Programa de Gestão e Manutenção da Controladoria Geral do Estado.

6.1.1.1 Para esses objetivos foram estabelecidas **metas físicas**, cujo desempenho no exercício em análise, demonstra que 02 (duas) ações tiveram execução de 100% em relação ao que se pretende alcançar ao final do PPA, e 03 (três) não tiveram nenhuma execução.

6.1.1.2 Não houve avaliação do grau de efetividade do alcance dos objetivos definidos no PPA, haja vista que não foi aferido o indicador.

6.1.2 Em relação à avaliação das 3 (três) iniciativas vinculadas aos objetivos, percebe-se um bom desempenho, especificado nos documentos de fls. 40 a 49.

6.1.3 Os produtos e serviços criados a partir dos objetivos definidos, revelam que a Pasta conseguiu entregar 3 (três) serviços, sendo ao Estado, a servidores e a sociedade, demonstrando razoável grau de eficiência alcançado.

6.1.3.1 Para a realização dessas iniciativas foram elaboradas 05 (cinco) ações orçamentárias, sendo 02 (duas) de natureza atividade e 03 (três) de natureza projeto, cuja execução foi avaliada com base nos índices da gestão física e orçamentário-



financeira, explicitando um razoável grau de eficiência, apesar da não realização física de 03 (três) e financeira de 04 (quatro) delas, respectivamente. Entretanto, verificou-se que os trabalhos realizados para atendimento/alcance das iniciativas, foram implementados pelas equipes técnicas do órgão, não necessitando assim, de desembolso financeiro.

6.1.3.2 A execução das ações de gestão, envolvendo um total 04 (quatro) ações de natureza atividade, demonstram que a avaliação feita com base nos índices de gestão orçamentário-financeira e de produtividade, explicita um excelente grau de eficiência, tendo em vista a execução de **99,99%**, executados por meio do Programa de Gestão e Manutenção da Pasta.

6.1.3.4 Não houve recebimento de recursos por transferências voluntárias, conforme demonstrado no anexo 10, às fls. 77, e não houve transferência de recursos financeiros, conforme evidenciado no anexo 02, à **fl. 72**.

7. Com referência à força de trabalho foi informado, como demonstrado às fls. 233 a 236, um quantitativo de 180 servidores ativos, sendo 23 efetivos, 86 comissionados, 35 efetivos/comissionados, 31 efetivos com função de confiança – FC, sendo que 12 servidores foram admitidos no exercício de 2014 por meio de concurso.

8. Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao Erário Estadual, levando-se em consideração todo o arcabouço documental constante nestes autos, em especial, as justificativas constantes das Notas Explicativas, que após a devida análise, concluímos pela **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelos responsáveis, Ricardo Eustáquio de Souza, José Pedro Dias Leite, Josias Cândido Freire e Lúcia Helena Queiroz Lima Câmara e outros, elencados neste processo no rol de responsáveis, às **fls.06 a 11**, COM RESSALVAS ao item 3.10 deste relatório.

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO, aos 18 dias do mês de fevereiro de 2015.


José Batista de Lima Filho
Analista/Assistente Administrativo

De acordo. Encaminhe-se ao Senhor Secretário-Chefe.


SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA
Superintendente de Ações de Controle Interno